O ÊXODO DA VENEZUELA E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

Autor(res)

Karla Regina Malaquias De Souza
Matheus Santana Chiodi
Vamberth Soares De Sousa Lima
Cintia Batista Pereira
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Venezuela enfrenta, desde 2014, uma das mais severas crises humanitárias da América Latina, marcada por colapso político, repressão estatal e deterioração econômica. A escassez de alimentos, medicamentos e a perda de garantias democráticas impulsionaram o êxodo de milhões de cidadãos para países vizinhos, configurando um deslocamento forçado nas américas. Enquanto os venezuelanos deixam seu país em busca de sobrevivência e de um novo recomeço para suas famílias, as nações latino-americanas têm se organizado para acolher e proteger esses refugiados. Este trabalho busca analisar o fenômeno do êxodo venezuelano à luz do Direito Internacional, destacando as violações aos direitos humanos e os desafios enfrentados pelos Estados receptores diante da proteção jurídica dos migrantes e refugiados.

Objetivo

Investigar o êxodo venezuelano como consequência da crise política e humanitária, analisando como o Direito Internacional responde à violação dos direitos humanos e à proteção dos refugiados,bem como compreender de que forma a comunidade internacional,especialmente os países sul-americanos,desenvolveram programas e ações imediatas para amenizar os impactos da migração em massa em seus territórios.

Material e Métodos

O estudo adota abordagem qualitativa e dedutiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi conduzida com foco na interpretação crítica das obrigações estatais frente às normas internacionais de proteção humanitária . O método busca compreender os impactos jurídicos da migração venezuelana e a responsabilidade da comunidade internacional diante das violações aos direitos humanos.

Resultados e Discussão

O êxodo venezuelano revela o enfraquecimento institucional e a violação de direitos fundamentais previstos no Pacto de San José da Costa Rica. A repressão política, a censura e o colapso econômico afrontam os princípios da dignidade humana e do Estado Democrático de Direito. Mais de sete milhões de venezuelanos buscaram

refúgio em países da América do Sul, exigindo ações humanitárias urgentes. O Brasil, por meio da Operação Acolhida, e a Colômbia, com o Estatuto de Proteção Temporária, implementaram medidas de acolhimento e regularização migratória. Medidas essas, que teve um impacto socioeconômica nas regiões, com geração de empregos e renda. Paralelamente,organizações como a ONU, OEA e ACNUR promoveram missões diplomáticas e tentativas de diálogo com o governo venezuelano,buscando amenizar os impactos sociais e restaurar a estabilidade. Apesar dos esforços, as respostas regionais mostraram-se limitadas diante da complexidade política e da resistência do regime ao apoio internacional.

Conclusão

A crise venezuelana permanece como a mais grave da América Latina desde os regimes autoritários do século XX. Apesar das ações humanitárias e dos programas de acolhimento liderados por países como Brasil, Colômbia e Peru, com apoio da ONU, OEA e ACNUR, o país ainda enfrenta um regime ditatorial sob Nicolás Maduro. A comunidade internacional conseguiu amenizar os efeitos da migração, mas a restauração democrática e a dignidade da pessoa humana ainda não foram alcançadas diretamente na Venezuela.

Referências

ACNUR. Relatório Global 2024: Situação dos Refugiados Venezuelanos. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2024. Disponível em: https://www.acnur.org. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Operação Acolhida: resposta humanitária à crise migratória venezuelana. Ministério da Defesa, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/acolhida. Acesso em: 22 out. 2025.

OEA. Relatório sobre Crimes contra a Humanidade na Venezuela. Organização dos Estados Americanos, Washington, D.C., 2023. Disponível em:https://www.oas.org. Acesso em: 22 out. 2025.